



CONSELHO MUNICIPAL
DE PROTEÇÃO
AO MEIO AMBIENTE
ERECIM - RS

Ata 04/2025

No dia 01 de abril de 2025, às 8h30min, os membros do COMPAM reuniram-se em reunião extraordinária na sala 3.16 da URI campus I, com a pauta: Concessão dos serviços de Saneamento de Erechim. Após dar as boas-vindas aos presentes, a presidente Sônia deu início a reunião apresentando ao Conselho os documentos vinculados ao processo da concessão. A presidente destacou que fez o convite, para a participação na reunião extraordinária, ao setor responsável pela coordenação das atividades de concessão, porém não obteve retorno. Ela lembrou aos membros que a audiência pública irá ocorrer no dia 09 de abril de 2025, com o período de consulta pública sendo do dia 10 de março ao dia 10 de abril. Os conselheiros acordaram que o tempo entre a audiência e a finalização da consulta pública é restrito, dificultando a análise e contribuições do Conselho. Dentre os aspectos da concessão, a empresa contratada pelo município de Erechim foi a FUNDACE, responsável por realizar o estudo técnico que orientará o processo de concessão, que terá o período de vigência de 30 anos. No âmbito das revisões realizadas, os documentos resultaram em uma proposta preliminar para o plano de saneamento, a qual se encontra dividida em três áreas: modelagem de engenharia, modelagem econômico-financeira e modelagem jurídico-institucional. Constatou-se que o documento ainda está incompleto nesta fase. O edital de concessão será conduzido por meio de licitação, adotando como critério o menor valor mediante outorga fixa. Este inclui anexos que especificam os critérios relativos aos imóveis, à estrutura tarifária, considerando o volume excedente em m³, e à classificação dos imóveis. Destaca-se que a tarifa de esgoto terá um valor equivalente a 70% do consumo total de água na propriedade, fato que gerou preocupações entre os membros do Conselho, quanto a aceitação da população sob esse valor. Também foi debatido pelas Entidades o conceito de tarifa social, destinada aos cidadãos que atendem aos critérios estabelecidos pela legislação. Entre os principais anexos apresentados, constam as diretrizes para elaboração e julgamento da proposta comercial, o modelo de declaração de cumprimento das exigências legais pela empresa candidata e um estudo de engenharia contendo informações sobre as estações de tratamento de água da Corsan e os sistemas de tratamento de esgoto para o centro e os bairros. Além disso, um anexo descreve a infraestrutura disponível da Corsan, cujo valor de indenização foi estipulado em R\$140 milhões. Mapas das bacias de contribuição sanitária, o Plano Municipal de Saneamento Básico e o regulamento da concessão também foram incluídos nos anexos. O conselheiro João Paulo, coordenador do GT de Saneamento, destacou a elevada complexidade do projeto, classificando-o como uma iniciativa de engenharia de grande envergadura. Ele informou ter compartilhado o processo com colegas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), mas não obteve retorno, atribuindo a ausência de resposta à complexidade do plano de estudo. Ao apresentar sua análise, o conselheiro fez considerações críticas sobre o plano, apontando a ausência de informações técnicas relevantes, como a caracterização climática da região e o planejamento detalhado do uso das bacias hidrográficas. Ressaltou, ainda, a importância da preservação dos remanescentes florestais. Outros pontos técnicos destacados incluíram a definição do uso da terra, o mapeamento de riscos e a identificação de estruturas passíveis de serem afetadas por inundações, incluindo aquelas que poderiam ficar submersas em situações extremas. O conselheiro João Paulo também enfatizou a incompletude dos dados apresentados no documento, observando que o projeto não contempla adequadamente os impactos das mudanças climáticas nem estratégias para sua mitigação. Esses aspectos foram apontados como fundamentais para



CONSELHO MUNICIPAL
DE PROTEÇÃO
AO MEIO AMBIENTE
ERECIM - RS

a sustentabilidade e eficácia do plano a longo prazo. A presidente do Conselho, Sônia, destacou a importância da participação ativa dos membros nas audiências públicas, ressaltando que esse engajamento é essencial para o sucesso do plano de concessão. Ela também mencionou as dificuldades enfrentadas por alguns membros para contribuir na elaboração do plano, especialmente considerando a formação específica de cada um. Além disso, expressou concordância com as contribuições do conselheiro João Paulo, enfatizando sua relevância para a qualidade técnica do projeto. Ademais, o Conselho discutiu o método de estações de tratamento a ser adotado na cidade, considerando a possibilidade de implementar micro estações de tratamento para períodos com maior índice de chuvas. Também foi analisado o planejamento das novas áreas residenciais da cidade, que incluiria essas micro estações. As entidades reforçaram a necessidade de ações de educação ambiental junto à população. Nesse contexto, foi destacado que nem todas as nascentes do município estão devidamente consideradas no plano, apontando a importância do diálogo com as administrações municipais vizinhas para uma gestão sustentável e eficiente dos recursos hídricos. Também houve preocupação por parte do Conselho quanto ao uso da água, considerando que os níveis atuais do reservatório estão elevados, com um volume calculado de 46, visto que as projeções indicam que, em um período de nove anos, esse valor poderá reduzir-se para 26. Ressaltou-se assim a necessidade de ampliar o reservatório de água, levando em conta as estiagens recorrentes enfrentadas pelo município. A FUNDACE, em seu plano, apresentou um planejamento preliminar para a implementação do sistema, com prazo estimado de quatro anos para execução no perímetro urbano e nos distritos de Capo-Erê e Jaguaretê, utilizando o método de separação absoluta. Esse processo será realizado de forma gradativa, seguindo o projeto técnico sob responsabilidade da empresa concessionária. Os Conselheiros demonstraram preocupação com o atual modelo de tratamento de esgoto, baseado em fossas, filtros e sumidouros, destacando que, em muitos casos, a localização dessas estruturas não é devidamente identificada, o que dificulta o monitoramento e a gestão adequados. A implantação do sistema de saneamento sanitário foi amplamente analisada, sendo ressaltada a necessidade de investimentos em itens como rede coletora, ligações de esgoto, coletores tronco/interceptores, estações elevatórias, unidades de recalque, sistema supervisório e regularização de licenças ambientais. Questionou-se, ainda, a ausência da inclusão dos custos elétricos no planejamento da implantação. A definição de um mecanismo de monitoramento durante a implementação do projeto foi considerada essencial, tendo em vista as dificuldades de acesso decorrentes da tubulação subterrânea. Também, destacou-se que os relatórios mensais são fundamentais para assegurar a eficácia da fiscalização. O plano prevê o uso de um software específico para controle de qualidade e monitoramento, contribuindo para uma gestão mais eficiente durante todo o processo. Em finalização, foi acordado a necessidade de constituir um grupo responsável por representar o Conselho na audiência pública. Ficou estabelecido que os representantes do COMPAM, que irão participar da Audiência Pública, assumirão o compromisso de abordar na audiência: i) a importância da Educação Ambiental voltada ao Saneamento; ii) a importância da concessão ter um programa específico de pagamento por serviços ambientais, para as regiões produtoras de água; iii) a criação de um conselho de saneamento para o município. A reunião foi encerrada às 10h50min. O conteúdo foi registrado nesta ata, que, após revisão, foi assinada pelos presentes.



CONSELHO MUNICIPAL
DE PROTEÇÃO
AO MEIO AMBIENTE
ERECIM - RS


Archeli Arpini Sirena
Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA


Arthur Peruzzo
Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB – Núcleo José Albano Volkmer

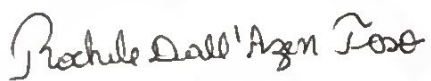
P/ S

Giovanir Ovidio Fortuna Borrea
2º PELOTÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL

Jéssica Daniele Tozzo Loch
Sindicato Rural de Erechim


João Paulo Peres Bezerra
Universidade Federal Fronteira Sul – UFFS


Luiz Fernando Pungan
Sindicato da Indústria da Construção e do Mobiliário de Erechim – SINDUSCON


Rochelle Dall' Azen Toso
Secretaria Municipal da Agricultura, Abastecimento e Segurança Alimentar – SMAASA


Rueliton Sartori
Conselho Regional de Engenharia, arquitetura e agronomia - CREA

Saionara Eliane Salomoni
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

Sandra Viviane Ribeiro Marcanson
Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN

Sônia Beatris Balvedi Zakrzewski
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Campus de Erechim

Vivian Destri
Secretaria Municipal de Educação - SMED

Walmor Jose Gasparin
ASCAR/EMATER Erechim